

A INSUSTENTABILIDADE DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: Uma análise sobre como a educação ambiental pode equilibrar a relação entre consumo e meio ambiente

Vívian Ariane de Oliveira Costa¹

Lígia de Almeida Gilioli Fraga²

Tális Pereira Matias³

Rafael de Souza Mendes da Silva⁴

Luciana Botezelli⁵

Educação Ambiental

Resumo

A obsolescência programada é a aplicação de técnicas a um produto, a fim de limitar artificialmente sua vida útil, tornando obrigatória a compra repetitiva de um modelo atualizado. Neste sentido, objetiva-se com esse trabalho analisar de qual forma a Educação Ambiental pode auxiliar em uma relação equilibrada entre o consumo e a preservação do meio ambiente. O presente trabalho é uma revisão narrativa e utilizou-se o método de abordagem dedutivo, complementado pela análise bibliográfica, com elementos imprescindíveis para compreensão e caracterização do tema. Foi possível constatar que a obsolescência programada é uma prática agressiva à natureza e à sociedade. Portanto, para minimizar os efeitos da produção desenfreada de bens supérfluos e buscar possibilidade para uma sociedade mais sustentável, observou-se ser necessária uma mudança comportamental do consumidor. E para isso, a Educação Ambiental é fundamental, como ponto de partida para um entendimento entre padrões de consumo e a garantia de um meio ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras

Palavras-chave: Consumismo; Globalização; Sustentabilidade; Conservação; Resíduos.

¹ Doutoranda em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas, Instituto de Ciência e Tecnologia (PPGCA), viviariane12@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas, Instituto de Ciência e Tecnologia (PPGCA), gilioli.bio@gmail.com.

³ Doutorando em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas, Instituto de Ciência e Tecnologia (PPGCA), talismatias12@gmail.com.

⁴ Graduando em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas, Instituto de Ciência e Tecnologia, rafaelsilva.unifal@gmail.com.

⁵ Prof. Dra. Universidade Federal de Alfenas – Campus Poços de Caldas, Instituto de Ciência e Tecnologia (PPGCA), luciana.botezelli@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos são relevantes para o atual modelo de sociedade que apresenta ambição na rapidez de informação e comunicação, concomitante aos seus novos desejos e necessidades. Além das novas formas de produção e consumo, há o intenso crescimento populacional. De acordo com o relatório publicado pela Divisão de População do Departamento da ONU de Assuntos Econômicos e Sociais, a população mundial deve crescer em 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos, ultrapassando 9 bilhões de habitantes (ONU, 2019). Dessa forma, atender a grande demanda por produtos e serviços, preservando o meio ambiente, é um importante desafio a ser enfrentado.

Com o aumento da competitividade entre as empresas, têm-se na sociedade o estímulo cada vez maior do consumo, o que revela um comportamento, muitas vezes banalizado, de desperdício de produtos. Assim, com a aceleração da cadeia produtiva nas indústrias, pode ocorrer um desequilíbrio gerado pela extração de matérias primas, que normalmente vêm do aumento da exploração de recursos naturais. Logo, como consequência é possível que haja a elevação das emissões de gases de efeito estufa, o aumento do consumo de energia e água, causando a degradação, poluição e até mesmo a extinção de espécies. E, neste sentido, destaca-se o conceito de obsolescência programada.

Em uma interpretação gramatical, obsoleto consiste em tudo aquilo que caiu em desuso, e programar é fazer o planejamento de algo (FERREIRA, 2001). De forma geral, a obsolescência programada é o planejamento do ato de tornar obsoleto. Do ponto de vista comercial, a obsolescência programada trata-se de uma estratégia na qual desde o desenvolvimento de um produto a indústria já programa e planeja o fim antecipado de sua vida útil, tornando obrigatória a compra de um modelo atualizado (ROSSINI; NASPOLINI, 2017).

O termo surgiu em 1932, porém, foi após a 2ª Guerra Mundial, com um novo momento de crise econômica, que a obsolescência programada realmente foi potencializada, representando um meio que possibilitava atingir os objetivos da teoria econômica desenvolvimentista: o crescimento da economia. Desta forma, a ideia foi amplamente difundida por todo o mundo. O padrão de consumo americano, com a

globalização, passou a ser o padrão de consumo mundial e ideal a ser alcançado pelos países menos desenvolvidos (ROSSINI; NASPOLINI, 2017). E, assim, a obsolescência revelou ser um dos mais graves impactos ambientais a serem enfrentados, pois além do aumento da utilização de recursos naturais para suprir a demanda e o desejo infinito por novos produtos, existe a produção excessiva de resíduos.

Neste contexto, objetiva-se com esse trabalho analisar de qual forma a Educação Ambiental pode auxiliar em uma relação equilibrada entre o consumo e a preservação do meio ambiente.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma revisão teórica narrativa, no qual utilizou-se o método de abordagem dedutivo (LAKATOS; MARCONI, 2003), complementado pela análise bibliográfica, com elementos imprescindíveis para compreensão e caracterização do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, sobre as consequências do consumismo desenfreado e de um modelo insustentável de crescimento econômico, pode-se considerar que existem alternativas baseadas na biomimética, voltadas aos processos ambientais com foco na qualidade dos produtos, rendimento econômico, satisfação dos consumidores e sustentabilidade. Porém, para que isso, de fato, ocorra, é necessário que as organizações se orientem para atividades que promovam a proteção e a renovação dos recursos naturais implantando sistemas de gestão e adotando ferramentas que internalizem as questões ambientais na rotina corporativa (CAPAZ; NOGUEIRA, 2014).

Neste formato de sociedade padronizada no consumo insustentável, onde “a capacidade de regeneração da Terra não acompanha a procura: o homem transforma os seus recursos em lixo mais rapidamente do que a natureza pode transformar lixo em novos recursos” (LATOUCHE, 2012, p. 38), se faz extremamente necessário que a população se informe sobre possibilidades de mudança e saiba cobrar e agir de forma consciente em manter, como previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Para tanto, é primordial que todos tenham acesso a uma Educação Ambiental de qualidade, que instigue a reflexão e a criticidade, a fim de uma transformação no atual sistema, que somente tem lesionado o consumidor e prejudicado o meio ambiente, em nome do progresso da economia.

Da mesma forma que se espera das empresas a reprodução do que já ocorre na natureza, como uma alternativa promissora no ramo industrial e na gestão e planejamento de produtos e serviços; espera-se que a implementação da Educação Ambiental venha corroborar este processo. Isso pode se dar através de ações de conservação e respeito à natureza, preparar cidadãos para uma conduta crítica, integrar os diferentes aspectos relacionados às situações reais e atuais da sociedade e, atribuir, assim, um sentido completo de ecossistema.

Para que exista um equilíbrio entre consumo e meio ambiente saudável é imprescindível que a Educação Ambiental, formal e não-formal, desempenhe a função de informação e orientação sobre a importância da destinação correta de resíduos, a redução do desperdício, a reutilização e reciclagem de produtos e que, sobretudo, pense criticamente o nosso próprio comportamento como consumidores. Tanto diante do hábito de consumir cada vez mais sem necessidade, decorrente da globalização que gera crescentes disparidades e produz crescimentos desequilibrados e assimétricos (HOBSBAWN, 2007); quanto na luta por mudanças, no que diz respeito aos nossos direitos ao adquirir produtos. Exigindo, dessa forma, dos legisladores e das fabricantes que eles sejam mais duráveis e fáceis de consertar, pois após a compra também nos responsabilizamos pelo dano ambiental que o produto possa causar.

A partir do necessário vínculo entre consumo e meio ambiente, tem-se o início da desconstrução do paradigma atualmente estabelecido e da forma de agir de todos os agentes da sociedade. Para um meio ambiente ecologicamente equilibrado e boa qualidade de vida, necessário se faz a efetivação da Educação Ambiental, como um caminho árduo e longe de se encerrar, abrindo estradas para novas discussões na defesa do meio ambiente e na garantia de uma sociedade sustentável, para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise, constata-se que a obsolescência programada constitui prática agressiva à natureza e à sociedade, ao verificar que as corporações reduzem, intencionalmente, a durabilidade de seus produtos com o propósito de impulsionar as vendas e, conseqüentemente, o lucro. Deduz-se a necessidade em harmonizar o consumo e o meio ambiente a fim de minimizar os efeitos da produção desenfreada de bens em busca de uma sociedade sustentável. Se faz necessária uma mudança comportamental do consumidor, que possui como ponto de partida a Educação Ambiental. Contudo este não é um processo fácil, porém essencial para um entendimento entre padrões de consumo e a garantia de um meio ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alfenas (PPGCA) e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.
- CAPAZ, R. S.; NOGUEIRA, L. A. H. (Orgs.). **Ciências ambientais para engenharia**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LATOUCHE, S. **O pequeno tratado do decrescimento sereno**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU**. ONU Brasil. Jun. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- ROSSINI, V.; NASPOLINI, S. H. D. F. Obsolescência programada e meio ambiente: a geração de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 51-71, Jan/Jun. 2017.